

ADVERTÊNCIA

A MUNICIPALIDADE de HORTOLÂNDIA adverte a todos os licitantes, que não está hesitando penalizar empresas que descumpram o pactuado.

Solicitamos que as empresas apresentem suas propostas e lances de forma consciente, com a certeza de que poderão entregar os objetos da forma como foi pedido no edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preço são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionalíssimas e somente serão deferidos, se em total consonância com a lei.

Ratificamos, portanto, que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a administração pública como para as empresas licitantes.



PREGÃO ELETRÔNICO

46/2025

ÓRGÃO REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

OBJETO

ATA de Registro de Preços para aquisição de material didático complementar ao currículo local, para aprendizagem de conteúdos matemáticos, destinados aos alunos e professores da Educação Infantil "Jardim I e Jardim II" e Ensino Fundamental I 1º e 2ºano, da rede municipal de ensino do Município de Hortolândia, de acordo com as especificações contidas no ANEXO III – Termo de referência.

DATA PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

INICIAL: 28/05/2025 às 08h00 (horário de Brasília) FINAL: 12/06/2025 às 08h00 (horário de Brasília)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **12/06/2025** às **08h30** (horário de Brasília)

LOCAL: <u>WWW.NOVOBBMNET.COM.BR</u>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

COTA PREFERENCIAL ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim



MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025

Edital Nº 55/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90776/2025

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA**, por meio da **Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal** (Departamento de Suprimentos), sediada na Rua Projetada 12, nº 100, Bairro Jardim Metropolitan, **no Município de Hortolândia – SP**, após autorização do **Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a ATA de Registro de Preços para aquisição de material didático complementar ao currículo local, para aprendizagem de conteúdos matemáticos, destinados aos alunos e professores da Educação Infantil "Jardim I e Jardim II" e Ensino Fundamental I 1º e 2ºano, da rede municipal de ensino do Município de Hortolândia, de acordo com as especificações contidas no ANEXO III – Termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos forem de seu interesse.



1.3. O preço de referência para a presente contratação está disponível em tabela que acompanha o Termo de referência anexo a este edital.

1.3.1. Os valores acima constituem o teto possível para esta contratação.

Não sendo possível a negociação para a contratação por valores superiores a

este.

2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente

credenciados no Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de

Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas

em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive

os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do

provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos

decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais

nos Sistemas relacionados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros

tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no

momento da habilitação.

2.5. Nesta licitação, foi destinada cota para a participação exclusiva à

microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei

Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada

às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de

realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a



Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- **2.5.2.** Caso uma licitante vencer um item ou lote em sua cota ampla e em sua cota reservada a ME/EPP, o valor das propostas deve ser igualado tendo como base o menor valor entre as duas cotas.
- **2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- **2.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
- **2.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados:
- 2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- **2.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- **2.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue



na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- **2.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- **2.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- **2.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- **2.7.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- **2.7.10.** Sociedades de propósito Específico;
- **2.7.11.** Organizações da sociedade civil de interesse público oscip, atuando nessa condição;
- **2.7.12.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das



atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- **2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- **2.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- **2.12.** A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 - DA CONTRATAÇÃO

- **3.1.** A ATA de Registro de Preços, decorrente desta licitação, terá vigência por 12 (doze) meses contados de sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite estabelecido na legislação vigente.
 - **3.1.1.** Se a ATA for prorrogada, os quantitativos serão renovados.
 - **3.1.2.** Após envio do e-mail contendo a ATA, a licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para devolvê-la assinada.
 - **3.1.3.** A ATA assinada deve ser enviada como resposta ao mesmo e-mail pelo qual foi recebida.
 - **3.1.4.** A assinatura deve ser efetuada de forma digital, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos do art. 12, §2º da Lei Federal 14.133/2021.

4- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE

SATOLA 10

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de

propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a

proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.

4.3. Após a disputa e negociação do preço o Agente de Contratação solicitará ao

licitante vencedor que VINCULE os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, sob

pena de

INABILITAÇÃO no certame licitatório.

4.3.1. Junto aos demais documentos de habilitação, deve ser anexado o

formulário do ANEXO I – Dados Para Contato, preenchido.

a) A apresentação deste anexo tem o objetivo de acelerar o processo de

contratação. Sua apresentação é importante, mas sua ausência não inabilitará

a concorrente.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do

sistema, que:

4.4.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

4.4.2. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus

anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o

edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para

atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas

leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e

nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em

definitivo:

4.4.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou

insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na



condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, xxxiii, da constituição;

- **4.4.4.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos <u>incisos iii e iv do art.</u>

 1º e no inciso iii do art. 5º da constituição federal;
- **4.4.5.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- **4.4.6.** Cumpre a exigência de garantia de Participação, conforme art. 58 da Lei 14.133, de 2021.
- **4.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no <u>artigo 16 da Lei nº 14.133,</u> de 2021.
- **4.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
 - **4.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nenhuma" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - **4.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na <u>lei complementar nº 123, de 2006</u>, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- **4.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.5 a 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, e neste Edital.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos

documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos

de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a

proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de

julgamento e aceitação das propostas.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as

operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo

ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas

pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer

acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na

Plataforma BBMNET no menu "Sala de Disputa", no campo das licitações na coluna

(menu) da etapa "Aberto para receber propostas".

5.1.1. O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o

lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema

e finalizar no comando "enviar proposta".

5.1.2. O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro

prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos

previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta

ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de

exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer

alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em

percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos

recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento

serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no

sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de

proposta.

5.8. Os documentos de habilitação serão vinculados pelo licitante provisoriamente

classificado com o melhor lance/proposta, e não poderão mais ser excluídos ou alterados,

após o prazo estipulado no item 7.1 deste edital.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das

disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência,

assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos,

bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários,

em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo,

quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da

data de sua apresentação.

5.11. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto

de apuração de responsabilidade.

5.12. Quando for exigido pelo Agente de Contratação, o licitante deverá preencher a

ficha técnica do produto ou serviços, com as informações adicionais.



5.12.1. O licitante não poderá em hipótese nenhuma se identificar na ficha técnica, sob pena de desclassificação.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- **6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.
- **6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data final para apresentação de propostas. Os documentos de habilitação serão vinculados na fase de Habilitação, somente pelo licitante vencedor.
 - **6.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - **6.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - **6.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **6.3.** Quando devidamente justificado e autorizado pelo Agente de Contratação, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.
- **6.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- **6.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.
- **6.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- **6.7.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- **6.8.** A variação mínima entre os lances será de R\$ 0,01.
- **6.9.** Para formulação dos lances, serão aceitos valores compostos por até 2 (duas) casas decimais.
- **6.10.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- **6.11.** O licitante somente poderá oferecer lance *de* valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **6.12.** O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.
- **6.13.** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - **6.13.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - **6.13.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - **6.13.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- **6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- **6.15.** Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já ofertado.
- **6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo

real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa

competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes

para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação

persistir por tempo superior a 03 (três) horas, a sessão pública será suspensa e reiniciada

somente após decorridas no mínimo vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo

Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas

de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira

colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da lei complementar nº 123,

de 2006, regulamentada pelo decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de

pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da

melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira

colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de

encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior

ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema,

contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor

classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão

convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que

se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de

classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no

subitem anterior.



- **6.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
 - **6.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no <u>art. 60 da lei nº 14.133, de 2021,</u> nesta ordem:
 - a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - **b)** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;
 - c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - **d)** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - **6.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - a) Empresas estabelecidas no território do estado ou do distrito federal do órgão ou entidade da administração pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do estado em que este se localize;
 - **b)** Empresas brasileiras;
 - c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
 - **d)** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da <u>lei</u> nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- **6.22.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - **6.22.1.** Contiver vícios insanáveis:



- **6.22.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência:
- **6.22.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- **6.22.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- **6.22.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- **6.23.** No caso de bens e serviços em geral, é **indício** de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração.
 - **6.23.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
 - a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - **b)** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- **6.24.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- **6.25.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - **6.25.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - **6.25.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do simples

nacional, quando não cabível esse regime.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta

do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o

Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o

resultado do julgamento.

6.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a

ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado,

mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta

permanecer acima do preço máximo definido pela administração.

6.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser

acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e

anexado aos autos do processo licitatório

6.26.4. O Agente de Contratação poderá solicitar ao licitante mais bem

classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta readequada ao

último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso,

dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles

exigidos neste edital e já apresentados.

6.26.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido,

a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o

prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de

habilitação.

6.28. É de integral responsabilidade dos licitantes acompanhar o chat da sessão, por

onde serão realizadas todas as formas de comunicação relativas ao andamento da

sessão.



- **6.28.1.** Qualquer eventual prejuízo resultante do não acompanhamento do chat, é de integral responsabilidade do licitante.
- **6.29.** Ao final da fase recursal, os licitantes interessados em assinar a ata SUBISIDIARIAMENTE e nos mesmos valores do vencedor, devem se manifestar, nos termos do art. 82, VII da Lei Federal 14.133/2021.
 - **6.29.1.** A manifestação deverá ser realizada via e-mail, ao endereço <u>licitacao@hortolandia.sp.gov.br</u>, com identificação clara do pregão e lote;
 - **6.29.2.** A licitante deverá manifestar expressamente sua intenção de fornecer pelo mesmo valor da licitante vencedora, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos a contar da divulgação, via chat, do resultado da etapa recursal não cabendo suposições ou interpretações;
 - **6.29.3.** No mesmo e-mail, a licitante interessada deverá enviar toda a documentação de habilitação exigida no item 7.
 - **6.29.4.** Caso a licitante interessada seja habilitada, toda a documentação de habilitação será anexada à plataforma pelo Agente de Contratação.

7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

- **7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que vincule os documentos de habilitação exigidos no edital, em um prazo máximo de 02 (duas) horas, e verificará se atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no <u>art. 14 da Lei nº 14.133/2021</u>, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - **7.1.1.** Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados); e
 - **7.1.2.** Certidões negativas referentes a punições vigentes, mantido pela



Controladoria Geral da União (https://certidoes.cgu.gov.br).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o <u>artigo 12 da Lei nº 8.429, de</u>

<u>1992</u>.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências

Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude

por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN

nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários,

linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma

eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado

inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de

habilitação.

7.5. Junto aos demais documentos de habilitação, deve ser anexado o formulário do

ANEXO I - Dados Para Contato, preenchido.

7.5.1. A apresentação deste anexo tem o objetivo de acelerar o processo de

contratação. Sua apresentação é importante, mas sua ausência não inabilitará a

concorrente.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de

algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus

ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e Erro! Fonte de referência não e

ncontrada. deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido,



o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

- **7.8.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos <u>arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021</u>.
- **7.9.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
 - **7.9.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no <u>Decreto nº 8.660</u>, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.10. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.10.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

7.11. <u>REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:</u>

- **7.11.1. CNPJ** Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pelo Ministério da Fazenda, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- **7.11.2.** Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível



com o objeto do certame;

- **7.11.3.** Certidão de regularidade de débitos tributários com a **Fazenda Estadual**, inscritos e não inscritos em dívida ativa, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
 - a) As licitantes sediadas no Estado de São Paulo deverão apresentar as seguintes certidões, sob pena de INABILITAÇÃO:
 - I. Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo: https://www10.fazenda.sp.gov.br/CertidaoNegativaDeb/Pages/EmissaoCertidaoNegativa.aspx
 - II. Procuradoria Geral do Estado: https://www.dividaativa.pge.sp.gov.br/sc/pages/crda/emitirCrda.jsf
- **7.11.4.** Prova de Regularidade para com a **Fazenda Nacional**, comprovada mediante fornecimento de Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e Seguridade Social;
- **7.11.5. FGTS** Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- **7.11.6. CNDT** –Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao).
- **7.11.7.** Para todas as certidões exigidas para fins de habilitação fiscal, serão aceitas <u>"Certidão positiva, com efeito de negativa".</u>

7.12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.12.1. Certidão negativa de feitos sobre Falência, expedida pelo



distribuidor da sede da licitante.

7.13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.13.1 A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo de 10 dias CORRIDOS após ser declarada vencedora do certame, **carta de solidariedade da Editora**, para fins de garantirmos que a editora irá fornecer ao contratado os materiais no quantitativo solicitado, garantindo a entrega dos itens que serão adquiridos, evitando eventuais prejuízos ao município, no email licitacao@hortolandia.sp.gov.br.

- **7.14.** Os documentos exigidos acima, com exceção do item 7.13, serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET.
- **7.15.** Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais.
- **7.16.** Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- **7.17.** Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua emissão.
- **7.18.** Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
- **7.19.** A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.20. Finalizado o prazo estipulado no item 7.1, não será permitida a substituição ou a

apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

7.20.1. Complementação de informações acerca dos documentos já

apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes

à época da abertura do certame; e

7.20.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data

de recebimento das propostas;

7.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá

sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade

jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos,

atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de

Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de

classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8 - DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou

inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no

art. 165 da lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de

lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de

habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob

pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data



de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

- **8.4.** O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será de 30 minutos.
- **8.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- **8.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- **8.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- **8.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- **8.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- **8.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **8.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados junto ao departamento de suprimentos, da Prefeitura de Hortolândia, localizado na Rua Projetada 12, nº 100, Bairro Jardim Metropolitan, no Município de Hortolândia SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas.

9 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- **9.1.** As infrações e sanções administrativas serão consideradas e aplicadas nos termos do Decreto Municipal 5.181 de 24 de janeiro de 2023.
- **9.2.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

TO DA INII CONTRACTO EDITAL E DO I EDIDO DE ECCETATECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na

aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis

antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio

eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à

data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma

eletrônica, através do e-mail: licitacao@hortolandia.sp.gov.br ou através do Sistema

BBMNet.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos

no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida

excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do

processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do

certame.

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Este edital, bem como a licitação regida por ele, poderá ser anulado, suspensos ou

revogados a qualquer tempo, nos termos da Lei federal 14.133/2021.

11.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a

realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para

o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que

não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

SATOLA 10

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

11.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública

observarão o horário de Brasília - DF.

11.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da

ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da

Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas

propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos,

independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o

dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de

expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o

afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os

princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. O Manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível

aos interessados no Portal www.novobbmnet.com.br.

11.11. Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET

Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET

Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal

www.novobbmnet.com.br.

11.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou

demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de

Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura:

<u>www.hortolandia.sp.gov.br</u>> Acesso rápido > Licitações.



12 - DOS ANEXOS

- **12.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- **12.2.** ANEXO I Dados Para Contato;
- **12.3.** ANEXO II Estudo Técnico Preliminar;
- 12.4. ANEXO III Termo de Referência;
- **12.5.** ANEXO IV Minuta da ATA de Registro de Preços;
- **12.6.** ANEXO V Minuta de Termo de Contrato;
- **12.7.** ANEXO VI Termo De Ciência E De Notificação.

Hortolândia, 21 de maio de 2025.

Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal



ANEXO I

DADOS PARA CONTATO

Pregão Eletrônico nº 46/2025

Data da sessão em 12/06/2025, Horário: 08h30min

Proponente:	
Endereço:	
Cidade:	Estado:
CNPJ/MF nº:	
Telefone:	
e-mail:	

Objeto: ATA de Registro de Preços para aquisição de material didático complementar ao currículo local, para aprendizagem de conteúdos matemáticos, destinados aos alunos e professores da Educação Infantil "Jardim I e Jardim II" e Ensino Fundamental I 1º e 2ºano, da rede municipal de ensino do Município de Hortolândia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DADOS BANCÁRIOS DA PROPONENTE

Banco:



Nome da Agência:
Número da Agência:
Número da Conta – Corrente:
DADOS DA(S) PESSOA(S) QUE IRÁ(AO) FIRMAR O INSTRUMENTO CONTRATUAL:
Nome:
Estado Civil:
Profissão:
R.G. nº
CPF/MF n ^o
Endereço:

*A apresentação deste anexo tem o objetivo de acelerar o processo de contratação. Sua apresentação é importante, mas sua ausência não inabilitará a concorrente.



ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material didático complementar ao currículo local, para aprendizagem de conteúdos matemáticos, destinados aos alunos e professores da Educação Infantil "Jardim I e Jardim II" e Ensino Fundamental I "1º e 2º ano", da rede municipal de ensino do Município de Hortolândia.

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A análise comparativa da nota de Matemática do município de Hortolândia/SP em 2023 revela um progresso significativo em relação ao desempenho de 2021. A nota de Matemática subiu de 225,87 em 2021 para 232,85 em 2023. Este avanço indica uma melhoria na compreensão e aplicação dos conceitos matemáticos entre os alunos do município, refletindo esforços efetivos em práticas pedagógicas e intervenções educacionais.

Comparando com a taxa de aprovação nacional, que se manteve alta, essa melhoria na nota de Matemática em Hortolândia é ainda mais notável. Enquanto a taxa de aprovação é um indicador de quantos alunos estão avançando para o próximo nível escolar, a nota em Matemática fornece uma visão mais detalhada da qualidade da aprendizagem específica em uma das disciplinas fundamentais. A nota de Hortolândia em 2023 sugere que, além de manter uma alta taxa de aprovação, os alunos estão também melhorando em seu desempenho acadêmico, particularmente em Matemática, o que é crucial para seu desenvolvimento educacional geral.

Esse progresso em Hortolândia é um indicativo positivo de que as estratégias adotadas no município estão não apenas promovendo a aprovação dos alunos, mas também elevando o nível de aprendizado, o que é fundamental para o sucesso a longo prazo dos estudantes na educação básica e além.

Investir em matemática é essencial para superar essa estagnação e promover um avanço significativo no aprendizado. Estratégias pedagógicas específicas, como o fortalecimento da formação continuada dos professores, a implementação de metodologias ativas de ensino e a utilização de recursos tecnológicos, podem intensificar os esforços educacionais e elevar as notas de Matemática a níveis superiores. Além disso, a melhoria contínua em Matemática é fundamental, não só para o sucesso acadêmico dos alunos, mas também para prepará-los para as exigências do mercado de trabalho e para o desenvolvimento de habilidades críticas que são indispensáveis em diversas áreas do conhecimento.

Portanto, o investimento em jogos acompanhados de material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas da Matemática deve ser visto como uma prioridade para garantir que os alunos de Hortolândia não apenas recuperem o desempenho anterior, mas também superem as maiores notas obtidas, promovendo assim uma educação de qualidade e equitativa para todos.

2. ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

3. DA PREVISÃO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO



Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2025 (PCA 2025) do Município de Hortolândia, no item 02, subitem 2.24, com previsão de conclusão no 2° bimestre de 2025, com grau de prioridade média, com os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de aquisição de material didático matemático para a utilização dos alunos do Ensino infantil, Ensino Fundamental e professores a ser adquirido mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos da Lei 14.133/2021. A modalidade de registro de preços foi escolhida considerando que o fornecimento será por etapas, de acordo com a avaliação, adaptação e aceitação da rede escolar.

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura da respectiva Ata, podendo ser prorrogada nos termos do artigo 9º do Decreto Municipal nº. 5179/2023.

Tendo em vista o fracasso destes itens no pregão 160/2024, Processo 84235/2024 que ocorreu no dia 14/01/2025, e sendo esses itens de extrema importância para continuidade do projeto nas escolas, solicitamos abertura de registro de preços.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

As quantidades foram definidas com base em levantamento junto ao setor pedagógico, considerando alunos e professores.

O quantitativo de alunos matriculados na rede municipal no Ensino Fundamental varia durante o ano letivo, perfazendo uma média de 15 mil alunos, considerando um percentual de 5% acima do número matriculado apurado, para fins de garantir que todos os alunos sejam atendidos.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O objeto de contratação é a aquisição de projeto de apoio matemático **Projeto MAJOG**, caracterizado como bens de consumo.

De acordo com a Lei vigente, a aquisição desses itens é feita por meio de compra, onde a aquisição é remunerada para fornecimento parceladamente ou de uma única vez.

Conforme dispõe ainda a Lei, as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através do Sistema de Registro de Preços, que será precedido de uma ampla pesquisa de mercado e regulamentado por decreto, além de outras exigências, que tornam o processo um pouco mais lento.

Uma maneira mais rápida para realizar a aquisição desses bens seria por meio da licitação na modalidade pregão. Essa modalidade de licitação foi instituída para facilitar e agilizar a aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública, adotando um procedimento de contratação mais simples que o das outras modalidades.

Assim, considerando que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) trata-se de bens de natureza comum, visto que pode ser objetivamente definido por meio das especificações usuais do mercado, e considerando que a Prefeitura Municipal de Hortolândia precisa adquirir esses bens para atender as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e MEC, visto que são necessários para atendimento das demandas escolares, a solução escolhida foi realizar a aquisição do projeto de apoio por meio de sistema de registro de preços na modalidade pregão.





Além disso, informa-se que, durante o processo de levantamento de mercado, realizado em conformidade com os princípios da legalidade, isonomia, eficiência e competitividade, não foram identificados outros projetos ou materiais pedagógicos que apresentassem características técnicas equivalentes ou que participassem de forma integral às necessidades especificadas.

Portanto, o **Projeto MAJOG** demonstra-se singular na capacidade de oferecer uma abordagem pedagógica atualizada aos requisitos previamente definidos, justificando sua escolha para atendimento à demanda.

7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

Não se verificam outras soluções passíveis de atender à demanda senão a aquisição direta com fabricantes e/ou fornecedores.

8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERÊNCIAS

Nos termos do artigo 24 da Lei federal nº 14.133/21 o orçamento estimado da presente contratação, NÃO tem caráter sigiloso e nos termos do artigo 18, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, a divulgação do orçamento da licitação, se dará no Edital de licitação e na plataforma BBMNET, no momento da divulgação do Edital.

Apresentamos, a partir da ata de registro de preços nº. 253/2022 a estimativa do valor da contratação, de acordo com a quantidade adquirida e valor unitários. Sendo que tais valores serão atualizados no momento da pesquisa de preços que balizará a presente contratação.

ITEM	DESCRIÇÃO	NÍVEL DE ENSINO	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Kit do Aluno (Composto por 4 jogos, 4 cadernos do aluno)	Jardim I	750	R\$ 2.044,09	R\$ 1.533.072, 82
2	Guia do Professor	Jardim I	300	R\$ 403,72	R\$ 121.116,42
ITEM	DESCRIÇÃO	NÍVEL DE ENSINO	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
3	Kit do Aluno (Composto por 4 jogos, 4 cadernos do aluno)	Jardim II	750	R\$ 2.044,09	R\$ 1.533.072, 82
4	Guia do Professor	Jardim II	300	R\$ 403,72	R\$ 121.116,42
ITEM	DESCRIÇÃO	NIVEL DE ENSINO	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
5	Kit do Aluno (Composto por 4 jogos, 4 cadernos do aluno)	1° ano	750	R\$ 1.636,93	R\$ 1.227.702, 82
6	Guia do Professor	1° ano	300	R\$ 404,71	R\$ 121.414,29





FUNDAMENTAL I					
ITEM	DESCRIÇÃO	NIVEL DE ENSINO	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
7	Kit do Aluno (Composto por 4 jogos, 4 cadernos do aluno)	2° ano	750	R\$ 1.636,93	R\$ 1.227.702, 82
8	Guia do Professor	2° ano	300	R\$ 404,71	R\$ 121.414,29

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição de jogos acompanhados de material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades brasileiras em resolução de problemas de Matemática deverá ser capaz de atender de forma eficaz aos objetivos pedagógicos definidos pela Secretaria de Educação. A solução selecionada demonstrou ser a mais vantajosa em termos pedagógicos por diversas razões:

- Engajamento dos Alunos: Os jogos foram escolhidos por sua capacidade comprovada de aumentar o engajamento dos alunos na aprendizagem de Matemática. A abordagem lúdica facilita a compreensão de conceitos abstratos e promove a participação ativa dos estudantes.
- Desenvolvimento de Habilidades Críticas: A solução escolhida foca no desenvolvimento de habilidades essenciais como a resolução de problemas, raciocínio lógico e pensamento crítico, que são fundamentais para o progresso dos alunos em Matemática.
- Alinhamento com a BNCC: Os materiais foram avaliados e selecionados por estarem completamente alinhados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), garantindo que as atividades propostas estejam em conformidade com os objetivos de aprendizagem estabelecidos para as séries iniciais.
- 4. Adaptabilidade e Inclusão: Os jogos e materiais pedagógicos foram escolhidos também por sua adaptabilidade a diferentes contextos de sala de aula e por oferecerem recursos inclusivos, atendendo às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências.

Em relação ao projeto que se pretende contratar, esclarece-se que, após análise técnica detalhada realizada pela equipe pedagógica da Secretaria requisitante, constatou-se que o **Projeto MAJOG** atende plenamente às necessidades educacionais específicas, sendo, neste momento, a solução mais adequada e eficiente para os objetivos pedagógicos no ensino de Matemática para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

As especificações técnicas permitem uma ampla concorrência entre potenciais fornecedores do **Projeto MAJOG**. Tal possibilidade se dá pelo fato de não haver exclusividade comercial na representação do material, ou seja, diferentes representantes podem se apresentar como potenciais fornecedores, garantindo a competitividade necessária para que a Administração Pública selecione a proposta mais vantajosa, contribuições os critérios técnicos e o menor preço, conforme os princípios que regem as contratações públicas.

Ressaltamos que, embora **o Projeto MAJOG** seja um material cujos direitos autorais são de titularidade de uma única editora, isso não impede uma ampla concorrência entre fornecedores, desde que atendidas as condições previstas no instrumento convocatório.





Em atenção ao entendimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, esclarecemos que a escolha da opção pedagógica para aquisição específica do **Projeto MAJOG** encontra-se devidamente fundamentada e motivada nos autos do presente processo administrativo.

Tal decisão considerou a aquisição anterior, realizada no ano de 2022, e está embasada nos indicadores de impacto e resultados obtidos com aplicação e execução do material durante o ano de 2023. Esses indicadores evidenciaram a eficácia pedagógica do **Projeto MAJOG**, demonstrando melhorias significativas nos processos de ensino pelos professores e de aprendizagem pelos estudantes da Matemática, alinhando-se aos objetivos e metas estabelecidas por nossa Secretaria requisitante.

Dessa forma, a escolha do **Projeto MAJOG** atende ao princípio da motivação, bem como ao princípio da simetria, conforme previsto no art. 50 da Lei nº 9.784/1999, pelo dever de fundamentação das decisões administrativas garantindo a observância dos critérios técnicos e pedagógicos necessários para atender às necessidades educacionais específicas de nossa Secretaria.

O prazo da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os produtos deverão ser entregues no Galpão 67 da CELOG 1, localizado à Rua Castanheiras, n° 200 – Jardim São Bento – Hortolândia – SP, de segunda à sexta-feira, no horário das 07:30 às 11h30 e das 13:30 às 15h30.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto é composto por itens divisíveis, sendo sua aquisição através do critério de julgamento menor preço por item.

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Por se tratar de aquisição que contempla tanto os alunos como os professores, o projeto torna-se vantajoso economicamente, pois além de fornecer os projetos, a vencedora providenciará a formação de multiplicadores, com valores de formação já inclusos na aquisição, sem que o município tenha que disponibilizar mais recursos financeiros para a aplicação do projeto aos alunos.

12. MAPEAMENTO DE RISCOS

Risco	A licitação resultar deserta	A licitante vencedora não entregar o objeto licitado	O objeto entregue não corresponder as especificações dos Memorial Descritivo
Probabilidade de Ocorrência dos eventos	Baixo	Baixo	Baixo
Possíveis danos potenciais	O desperdício de recursos públicos com a realização de	A não entrega do objeto licitado resultaria na convocação do próximo licitante	Tal ocorrência resulta em atraso no alcance do resultado pretendido pela licitação. Bem como implica em maior





Possíveis	novas licitações	classificado e habilitado. Resultando assim em uma maior duração do processo licitatório. Acarretando custo adicional dos recursos da Administração Pública. Tal risco pode ser	de substituição dos itens ou convocação dos demais licitantes classificados.
ações preventivas e contingências	licitatório deve ser o mais claro e simples possível para não desencorajar potenciais licitantes	mitigado com a apresentação no Edital, de forma clara, das penalidades aplicadas aos licitantes que vencerem a licitação e não assinarem a ATA	receberem os itens e ao gestor do contrato, a efetiva e criteriosa verificação dos itens no momento do recebimento.
Responsáveis por ação	Os fornecedores disponíveis no mercado	A Detentora	A Detentora e o Gestor do contrato
Gravidade do Risco Grau de dano	Baixo Médio	Baixo Baixo	Baixo Baixo

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação não gera impactos ambientais diretos.

14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO AO AMBIENTE DO ORGÃO

Não se faz necessária a realização de adequações ao ambiente do orgão.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDETES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desde demanda.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA SOLUÇÃO

A viabilidade deste Estudo Técnico Preliminar verifica-se pela economia no valor da aquisição e função de ganho de escala, na eficiência com a diminuição dos custos administrativos e função da redução da fragmentação de processos licitatórios e efetividade com a padronização dos produtos. Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam uma economicidade, os riscos envolvidos são administráveis. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL**.





Hortolândia, 28 de abril de 2025.

Dayana Defendi da Costa **Assistente Adm SMECT**

José Luiz Menegoro **Diretor Departamental SMECT**



Termo de Referência

1- OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material didático complementar ao currículo local, para aprendizagem de conteúdos matemáticos, destinados aos alunos e professores da Educação Infantil "Jardim I e Jardim II" e Ensino Fundamental I 1º e 2º ano, da rede municipal de ensino do Município de Hortolândia.

				EDUCAÇÃO INFANTIL 4 ANOS – MAJOG	- AMPLA			
Item	Código Presco n	Qtde	Un.	Descrição do Item	СОТА	MAR CA	Valor Unit.	Valor Total
1	29.2.258	563	Kit	Kit do aluno - Educação Infantil – 4 anos: Jogos acompanhados de material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para estudantes de 4 anos da préescola da educação infantil no respectivo ano de escolaridade com 4 livros do aluno, 4 jogos Específicos e peças complementares	AMPLA	-	R\$ 2.044,09	R\$ 1.150.822,67
2	29.2.265	225	Kit	Kit do professor Educação Infantil – 4 anos: Material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para professores de 4 anos da pré-escola da educação infantil no respectivo ano de escolaridade com 1 livro do professor (conforme especificação) e 1 vaga para o programa de treinamento para professores.	AMPLA	-	R\$ 403,72	R\$ 90.837,00
				EDUCAÇÃO INFANTIL 5 ANOS- MAJOG -	AMPLA			
3	29.2.259	563	Kit	Kit do aluno - Educação Infantil - 5 anos: Jogos acompanhados de material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para estudantes de 5 anos da préescola da educação infantil no respectivo ano de escolaridade com 4 livros do aluno, 4 jogos específicos e peças complementares	AMPLA	-	R\$ 2.044,09	R\$ 1.150.822,67
4	29.2.266	225	Kit	Kit do professor Educação Infantil – 5 anos: Material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para professores de 5 anos da pré-escola da educação infantil no respectivo ano de escolaridade com 1 livro do professor (conforme especificação) e 1 vaga	AMPLA	-	R\$ 403,72	R\$ 90.837,00
				para o programa de treinamento para professores.				
				ENSINO FUNDAMENTAL 1° ANO – MAJOG	- AMPLA	\		
5	29.2.260	563	Kit	Kit do aluno - Ensino Fundamental – 1º ano: Jogos acompanhados de material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para estudantes de 1º ano da pré- escola da educação infantil no respectivo ano de escolaridade com 4 livros do aluno, 4 jogos específicos e peças complementares	AMPLA	-	R\$ 1.636,94	R\$ 921.597,22
6	29.2.267	225	Kit	Kit do professor – Ensino Fundamental – 1º ano: Material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para professores de 1º ano dos anos iniciais do ensino fundamental no respectivo ano de escolaridade com 1 livro do professor (conforme especificação) e 1 vaga para o programa de treinamento para professores. ENSINO FUNDAMENTAL 2º ANO – MAJOG	AMPLA	-	R\$ 404,71	R\$ 91.059,75



7	29.2.261	563	Kit	Kit do aluno - Ensino Fundamental – 2º ano: Jogos acompanhados de material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para estudantes de 2º ano da pré- escola da educação infantil no respectivo ano de escolaridade com 4 livros do aluno, 4 jogos específicos e peças complementares	AMPLA	-	R\$ 1.636,94	R\$ 921.597,22
8	29.2.268	225	Kit	Kit do professor – Ensino Fundamental – 2º ano: Material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para professores de 2º ano dos anos iniciais do ensino fundamental no respectivo ano de escolaridade com 1 livro do professor (conforme especificação) e 1 vaga para o programa de treinamento para professores.	AMPLA	-	R\$ 404,71	R\$ 91.059,75
				EDUCAÇÃO INFANTIL 4 ANOS – MAJOG - RI	ESERVAD	PΑ		
9	29.2.258	187	Kit	Kit do aluno - Educação Infantil - 4 anos: Jogos acompanhados de material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para estudantes de 4 anos da préescola da educação infantil no respectivo ano de escolaridade com 4 livros do aluno, 4 jogos Específicos e peças complementares	RESERV ADA	-	R\$ 2.044,09	R\$ 382.244,83
10	29.2.265	75	Kit	Kit do professor Educação Infantil – 4 anos: Material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para professores de 4 anos da pré-escola da educação infantil no respectivo ano de escolaridade com 1 livro do professor (conforme especificação) e 1 vaga para o		_	R\$ 403,72	R\$ 30.279,00
				programa de treinamento para professores.	CEDVAD			
			1	EDUCAÇÃO INFANTIL 5 ANOS- MAJOG - RE	JERVAD	<u> </u>	1	
11	29.2.259	187	Kit	Kit do aluno - Educação Infantil - 5 anos: Jogos acompanhados de material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para estudantes de 5 anos da préescola da educação infantil no respectivo ano de escolaridade com 4 livros do aluno, 4 jogos específicos e pecas complementares	RESERV ADA	_	R\$ 2.044,09	R\$ 382.244,83
12	29.2.266	75	Kit	Kit do professor Educação Infantil – 5 anos: Material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para professores de 5 anos da pré-escola da educação infantil no respectivo ano de escolaridade com 1 livro do professor (conforme especificação) e 1 vaga para o programa de treinamento para professores.			R\$ 403,72	R\$ 30.279,00
				ENSINO FUNDAMENTAL 1° ANO – MAJOG - R	RESERVA	DA		
13	29.2.260	187	Kit	Kit do aluno - Ensino Fundamental – 1º ano: Jogos acompanhados de material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para estudantes de 1º ano da pré- escola da educação infantil no respectivo ano de escolaridade com 4 livros do aluno, 4 jogos específicos e peças complementares	RESERV ADA	_	R\$ 1.636,94	R\$ 306.107,78
14	29.2.267	75	Kit	Kit do professor – Ensino Fundamental – 1º ano: Material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para professores de 1º ano dos anos iniciais do ensino fundamental no respectivo ano de escolaridade com 1 livro do professor (conforme especificação) e 1 vaga para o programa de treinamento para professores.	RESERV ADA		R\$ 404,71	R\$ 30.353,25
1				ENSINO FUNDAMENTAL 2° ANO – MAJOG - R	KESERVA	υA		



15	29.2.261	187	Kit	Kit do aluno - Ensino Fundamental – 2º ano: Jogos acompanhados de material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para estudantes de 2º ano da pré- escola da educação infantil no respectivo ano de escolaridade com 4 livros do aluno, 4 jogos específicos e peças complementares	RESERV ADA	1	R\$ 1.636,94	R\$	306.107,78
16	29.2.268	75	Kit	Kit do professor – Ensino Fundamental – 2º ano: Material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para professores de 2º ano dos anos iniciais do ensino fundamental no respectivo ano de escolaridade com 1 livro do professor (conforme especificação) e 1 vaga para o programa de treinamento para professores.	RESERV ADA		R\$ 404,71	R\$	30.353,25

1.1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

O **Projeto MAJOG** acompanhado de material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas em Matemática para as turmas de pré-escola da Educação Infantil (4 e 5 anos) e de anos iniciais do Ensino Fundamental 1º ano atende plenamente às necessidades educacionais específicas, sendo, neste momento, a solução mais adequada e eficiente para os objetivos pedagógicos no ensino de Matemática para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental contemplar:

- a) Livro do Aluno estruturado com:
- quatro sequências didáticas de atividades cujas orientações são explicitadas no Livro do Professor, sendo uma para cada jogo do ano escolar ao qual se destina.
- cada sequência didática é desenvolvida por meio de 12 atividades, em média, que problematizam cada um dos jogos propostos para o ano em questão, totalizando aproximadamente cinquenta atividades a serem desenvolvidas durante um período letivo.
- as atividades são apresentadas em grau de dificuldade progressivo em torno do conteúdo matemático, em que o jogo é direcionado para uma dinâmica cada vez mais complexa ao longo de sua sequência.
- propostas a serem realizadas individualmente, como modo de sistematização dos conteúdos trabalhados em cada jogo, também são apresentadas atividades a serem conduzidas de acordo com diferentes tipos de agrupamentos: duplas, trios ou quartetos de alunos, proporcionando intercâmbios de ideias e saberes, confrontos de hipóteses, soluções compartilhadas de conflitos e desafios a partir do jogo em questão.
- específico para os registros das situações ocorridas nas rodadas dos jogos coletivos.
- b) material complementar com peças específicas para cada tipo de jogo do acervo específico de cada ano de escolaridade, podendo ser peças do tipo tabuleiro, pinos, dados, cartas, fichas, entre outras que enfoquem a especificidade de cada jogo, considerando:

Para as turmas de 4 anos da pré-escola: 1 tabuleiro com ilustração de um campo de futebol; 20 fichas de madeira (10 simples e 10 duplas); 2 tacadeiras; 1 tabuleiro com ilustração de ruas; 4 peças tridimensionais com aplique de ilustração de ônibus, em 4 cores variadas; 120 Fichas coloridas, em 4 cores variadas (30 de cada cor, conforme peças "ônibus"); 1 dado com faces numeradas de 1 a 3; 4 tabuleiros coloridos, com 25 casas quadradas; 2 tabuleiros coloridos, com 40 casas quadradas; 120 fichas com as mesmas quatro cores dos tabuleiros; 1 dado de quantidade; 1 dado numérico; 2 conjuntos com 13 cartelas-modelo com figuras diferentes, totalizando 26 cartelas; 232 peças para formar as figuras; 2 tabuleiros;

Para as turmas de 5 anos da pré-escola: 48 cartas numeradas de 1 a 12 (4 de cada



valor), com bolinhas representando a quantidade; 1 jogo de cartas numeradas de 1 a 99; 11 cartas da ordem das centenas; 2 Tabuleiros com trilhas (uma com ilustração de cobra, outra de polvo); 4 Pinos coloridos; 2 Dados numéricos; 2 Dados de quantidades; adesivos de 1 a 50 e adesivos em branco; Tabuleiro com quatro canaletas; 16 Fichas numeradas, sendo quatro fichas "1", quatro fichas "2", quatro fichas "3" e quatro fichas "4" para colocar nas canaletas; 5 Discos para arremesso; 4 peças com ilustração de linhas, 16 de cada; 5 peças com ilustração de formas geométricas, 16 de cada; modelos nos Livros do Aluno;

Para as turmas de 1º ano do ensino fundamental: 1 Tabuleiro com ilustração de castelo; 20 cartões coloridos – as "portas" dos quartos do castelo (atrás de cada porta está seu valor, em pontos, sendo de 1 a 4; 1 quadro numérico para consulta dos jogadores; 18 cartas com fichas técnicas de animais em extinção; 2 Tabuleiros representando a paisagem da fazenda; miniatura de animais e construções da fazenda sendo: 2 casinhas, 2 estábulos, 2 homens, 4 lagos, 2 pontes, 4 árvores, 6 vacas, 2 patos, 4 galinhas, 4 cachorros, 8 cercas, 50 peças "base"; 4 dados de tamanho convencional com as cores (amarela, vermelha e azul); dados convencionais; 2 dados com números 1 a 6; 1 copo para sorteio;

Para as turmas de 2º ano do ensino fundamental: 100 cartas numeradas de 0 a 9 – 10 de cada número; Peças para sorteio com números de 1 a 99; saco para guardar peças do sorteio; 1 Tabela de marcação dos números sorteados (quadro numérico de 0 a 99); 12 cartelas de bingo convencional para marcar os números sorteados; 39 cartelas de bingo para preencher (folhas avulsas); 1 tabuleiro; 3 Roletas de unidades com números de 0 a 10; 3 Roletas de dezenas com números de 10 a 100; 2 triângulos retângulos com dois lados de 15 cm e um lado de 21 cm; 1 triângulo retângulo com dois lados de 10 cm e um lado de 14,5 cm; 1 quadrado com 7,5 cm de lado; 2 triângulos retângulo com dois lados de 7,5 cm e um lado de 10,5 cm; 1 paralelogramo com lados 10,5 cm e 7 cm; 20 Cartelas com figuras formadas pelas peças do tangram no tamanho 15 x 15 cm com as peças juntas formando um quadrado de 21 cm de lado;

Para as turmas de 3º ano do ensino fundamental: 3 dados convencionais em cores diferentes; 1 copo plástico; Cédulas e moedas fictícias; 75 notas de cada valor; 50 moedas de cada valor; 25 cartas no modelo padrão com fundo azul: R\$15,50 / R\$18,80 / R\$ 24,30 / R\$ 28,75 / R\$17,25 /R\$20,10 / R\$25,00 / R\$32,15; cartas no modelo padrão com fundo amarelo: R\$ 54,00 / R\$86,00 / R\$ 93,00 / R\$120,00 / R\$112,00 / R\$ 246,00 / R\$270,00 / R\$ 350,00 / R\$ 482,00 / R\$ 730,00 / R\$ 770,00 / R\$1.000,00 / R\$990,00 / R\$ 1.700,00 / R\$2.100,00 / R\$ 2,338,00 / R\$ 3.000,00; cartas; um dado com faces: retirar dinheiro / trocar em notas / trocar em moedas; instruções; 30 cartas com os algarismos de 0 a 9 (3 de cada); 10 cartas numeradas respetivamente com as centenas exatas de 100 a 1000; cartelas com as figuras geométricas;

Para as turmas de 4º ano do ensino fundamental: 64 cartas coloridas numeradas de 0 a 15 (sendo 4 cores); 32 cartas contendo dados de diversos países; 8 sólidos geométricos sendo: cubo, paralelepípedo, pirâmide de base quadrangular, esfera, cone, cilindro, prisma de base triangular e prisma de base; 2 peões iguais (cores diferentes das fichas); 4 fichas azuis e 4 fichas vermelhas; tabuleiro com os números de 1 a 9; tabuleiro preenchido com os números: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 24, 25, 27, 28, 30, 32, 35, 36, 40, 42, 45, 48, 49, 54, 56, 63, 64, 72, 81; Para as turmas de 5º ano do ensino fundamental: 1 tabuleiro com uma dobra; 4 peões de cores diferentes; 2 dados convencionais; cartas numeradas de 1 a 10 e também nos valores 15, 25, 50, 75, 100; baralho; um quebra-cabeça composto por 6 formas geométricas; e Jogo com 42 cartas.

- 1.1.2 Para o professor, os jogos para desenvolver o letramento matemático deverão, pelo menos, conter:
- a) Livro do Professor estruturado com:
- Texto introdutório a respeito das perspectivas atuais quanto ao ensino da Matemática e suas relações com a proposta desta coleção;



- Capítulo apresentando elementos fundamentais da didática da Matemática hoje, a organização do tempo didático, a organização social da classe, intervenções do professor, possíveis hipóteses dos alunos, entre outras orientações pedagógicas;
- Capítulo sobre o jogo como estratégia lúdico-didática;
- Capítulo para cada jogo proposto para o ano escolar em questão, contendo a descrição do jogo, suas regras e os conhecimentos matemáticos que enfoca, junto a uma sequência didática contendo em média 12 atividades minuciosamente detalhadas:
- Possibilidades de ocorrência e de avaliação que lhe permitam acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos;
- Abordagem do conteúdo matemático proposta por etapas que avançam em graus de dificuldade, cada uma correspondendo a um conjunto de atividades do Livro do Aluno, citadas e explicitadas no Livro do Professor; e
- Sugestões bastante práticas para as mediações e intervenções do professor, até mesmo com as possíveis proposições e estratégias dos alunos a cada etapa de acordo com a evolução do jogo.
- b) 1 vaga para o programa de treinamento para professores, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas a ser realizada na forma presencial ou online.

2 - JUSTIFICATIVA

A análise comparativa da nota de Matemática do município de Hortolândia/SP em 2023 revela um progresso significativo em relação ao desempenho de 2021. A nota de Matemática subiu de 225,87 em 2021 para 232,85 em 2023. Este avanço indica uma melhoria na compreensão e aplicação dos conceitos matemáticos entre os alunos do município, refletindo esforços efetivos em práticas pedagógicas e intervenções educacionais.

Comparando com a taxa de aprovação nacional, que se manteve alta, essa melhoria na nota de Matemática em Hortolândia é ainda mais notável. Enquanto a taxa de aprovação é um indicador de quantos alunos estão avançando para o próximo nível escolar, a nota em Matemática fornece uma visão mais detalhada da qualidade da aprendizagem específica em uma das disciplinas fundamentais. A nota de Hortolândia em 2023 sugere que, além de manter uma alta taxa de aprovação, os alunos estão também melhorando em seu desempenho acadêmico, particularmente em Matemática, o que é crucial para seu desenvolvimento educacional geral.

Esse progresso em Hortolândia é um indicativo positivo de que as estratégias adotadas no município estão não apenas promovendo a aprovação dos alunos, mas também elevando o nível de aprendizado, o que é fundamental para o sucesso a longo prazo dos estudantes na educação básica e além.

Investir em matemática é essencial para superar essa estagnação e promover um avanço significativo no aprendizado. Estratégias pedagógicas específicas, como o fortalecimento da formação continuada dos professores, a implementação de metodologias ativas de ensino e a utilização de recursos tecnológicos, podem intensificar os esforços educacionais e elevar as notas de Matemática a níveis superiores. Além disso, a melhoria contínua em Matemática é fundamental, não só para o sucesso acadêmico dos alunos, mas também para prepará-los para as exigências do mercado de trabalho e para o desenvolvimento de habilidades críticas que são indispensáveis em diversas áreas do conhecimento.

Portanto, o investimento em jogos acompanhados de material de apoio pedagógico para o ensino e a aprendizagem de habilidades basilares em resolução de problemas da Matemática deve ser visto como uma prioridade para garantir que os alunos de Hortolândia não apenas recuperem o desempenho anterior, mas também superem as maiores notas obtidas, promovendo assim uma educação de qualidade e equitativa para todos.

3 - COTA AMPLA/RESERVADA

Foi assegurada a cota reservada à participação de microempresas e empresas depequeno porte observando o percentual de até 25% em respeito ao artigo 48, inciso III, da Lei complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.



4 - DOS PRAZOS, ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

O prazo da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura.

A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias da emissão da Autorização de Fornecimento.

Os produtos deverão ser entregues no Galpão 67 da CELOG 1, localizado à Rua Castanheiras, n° 200 – Jardim São Bento – Hortolândia – SP, de segunda à sextafeira, no horário das 07:30 às 11:30h e das 13:30 às 15:30h.

Os produtos entregues deverão ser da mesma marca e fabricante ofertado na proposta comercial.

Caso os produtos fornecidos não correspondam às especificações do termo de referência e seus anexos, bem como à proposta apresentada, a detentora/proponente vencedora deverá promover sua substituição, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação escrita da Administração, não gerando qualquer ônus para a Municipalidade, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor e/ou fabricante pela qualidade e garantia do produto.

Deverá ser fornecida, no material do professor, formação com carga horária mínima de 20 (vinte) horas a ser realizada de forma presencial ou online;

A data será definida de acordo com a disponibilidade e conveniência da Secretaria de Educação.

5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.13.02.12.365.0210.2086.3.3.90.30 - 01.212.0000

02.13.02.12.365.0210.2087.3.3.90.30 - 01.213.0000

02.13.03.12.361.0211.2091.3.3.90.30 - 01.220.0000

6 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A contratada, quando do cumprimento das Autorizações de Fornecimento, emitirá as respectivas notas fiscais/faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.

Após a efetiva entrega e conferência dos itens, o (s) profissional (is) responsável (is) promoverá (ão) o ateste na (s) nota (s) fiscal (is), encaminhando-as para pagamento.

Os pagamentos deverão ser efetuados em 10 (dez) dias, fora a dezena, da data do ateste das notas fiscais/faturas.

As notas fiscais/fatura deverão ser emitidas para o MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA sob o número de CNPJ 67.995.027/0001-32.

7 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento deverá ser MENOR PREÇO POR ITEM.

8 – DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo de 10 dias CORRIDOS após ser declarada vencedora do certame, **carta de solidariedade da Editora**, para fins de garantirmos que a editora irá fornecer ao contratado os materiais no quantitativo solicitado, garantindo a entrega dos itens que serão adquiridos, evitando eventuais prejuízos ao município.



9 – VISITA TÉCNICA "NÃO SE APLICA"

10 – APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA "NÃO SE APLICA"

11- PROVA DE CONCEITO "NÃO SE APLICA"

12 - CONSÓRCIO

Não será permitido a participação de consórcio ou SPE - Sociedade de Propósito Específico, considerando tratar-se de fornecimento de materiais comuns, de baixa complexidade, não justificado-se a permissão da participação.

13 – SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação do contrato a ser assinado.

14 – LONGITUDE E LATITUDE DO LOCAL QUE OCORRERÁ A OBRA "NÃO SE APLICA"

15 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/ DETENTORA

A (s) empresa (s) detentora (s) deverá (ão):

- **a-)** Efetuar as entregas dos itens, em estrita observância das especificações do termo de referência e seus anexos, bem como da proposta;
- **b-)** Apresentar nota fiscal/fatura de acordo com a Autorização de Fornecimento;
- **c-)** Promover a correção da nota fiscal/fatura que não for aprovada, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;
- **d-)** Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes, carga e descarga dos produtos até o local de entrega;
- **e-)** Indicar preposto com poderes para representá-la perante a Municipalidade em tudo que se relacionar com o fornecimento dos itens;
- **f-)** Manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de preços as condições de habilitação e qualificação exigidas para a participação na licitação;
- **g-)** Comunicar, por escrito, quando da ocorrência de anormalidades, tais como: interdição, suspensão, descontinuação de qualquer item ofertado, propondo, quando for o caso, sua substituição por outro produto da mesma marca, mantidas todas as condições avençadas, mediante aceite da Administração;
- **h-)** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços;
- **i-)** Comunicar, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

16- OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

O Município de Hortolândia deverá:

- a-) Receber provisoriamente os itens, disponibilizando local, data e horário;
- **b-)** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência e seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos:
- **c-)** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da (s) detentora (s), através de servidor especialmente designado;
- **d-)** Efetuar os pagamentos nos prazos previstos.



17 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

O fornecimento do projeto educacional descrito neste termo de referência não está restrito apenas à editora ou a um único distribuidor, portanto não limita a competição.

Hortolândia, 05 de maio de 2025.

Dayana Defendi da Costa Assistente Adm SMECT José Luiz Menegoro Diretor Departamental SMECT



ANEXO IV

Minuta da ATA de Registro de Preços

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90776/2025

ATA N° «ATA», RESULTANTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N° ___/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, POR INTERMÉDIO DO (A) «SEC_REQUISITANTE», E **«DETENTORA»**.

O MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua Projetada 12, nº 100, Bairro Jardim Metropolitan, no Município de Hortolândia – SP, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 67.995.027/0001-32, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal, Sr.(a) «Nome Secretárioa», «Dados Secretário», doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa «DETENTORA», pessoa jurídica de direito privado, sediada na «END LOGRADOURO», «N COMPL», Bairro «BAIRRO», CEP: «CEP», no Município de «CIDADE», Estado de «ESTADO», cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – (CNPJ/MF) sob o nº «CNPJ», com Inscrição Estadual registrada sob nº «IE», neste ato representado por seu «CARGO RESP LEGAL» «NOME RESP LEGAL», Sr. «NACIONALIDADE», «ESTADO_CIVIL», «QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL», portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº «RG C UF EMISSOR», devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – (CPF/MF) sob nº «CPF», doravante denominada



DETENTORA, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a ATA de Registro de Preços para fornecimento de material didático complementar ao currículo local, para aprendizagem de conteúdos matemáticos, destinados aos alunos e professores da Educação Infantil "Jardim I e Jardim II" e Ensino Fundamental I 1º e 2º ano, da rede municipal de ensino do Município de Hortolândia, de acordo com as especificações contidas no Termo de referência, e nas demais condições aqui estipuladas.
- **1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	COD	UND	MARCA	QTD	V.UNITÁRIO	V.TOTAL

- **1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- **1.3.1.** O Termo de Referência:
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- **1.3.3.** A Proposta da **DETENTORA**;
- **1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência desta ATA de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da assinatura digital qualificada deste instrumento, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.
- **2.1.1.** O **termo inicial da vigência** corresponderá à data da assinatura deste instrumento, considerando-se, para tanto, o momento em que a última parte signatária formalizar



- sua assinatura eletrônica, nos termos da <u>Medida Provisória nº 2.200-2/2001</u> e demais normas regulamentares pertinentes.
- **2.1.2.** O **termo final da vigência** dar-se-á no mesmo dia e mês do ano subsequente ao do início da vigência, ressalvada a possibilidade de prorrogação, observadas as formalidades legais e as condições ajustadas entre as partes.
- **2.1.3.** A assinatura eletrônica, conforme regulamentação vigente, equipara-se à assinatura manuscrita para todos os efeitos legais, garantindo a validade, autenticidade e integridade deste instrumento.
- **2.1.4.** Se esta ATA for prorrogada, os quantitativos serão renovados.
- 2.2. As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento, respeitadas as condições prescritas na <u>Lei</u> Federal nº 14.133/2021.
- **2.2.1.** A não prorrogação do prazo de vigência, por conveniência desta Prefeitura não gerará a empresa **DETENTORA** direito a qualquer espécie de indenização;
- 2.3. A DETENTORA poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recebido pela Unidade CONTRATANTE em até cento e vinte dias antes do vencimento desta ATA, ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a esta ATA de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO



- **5.1.** O valor total da presente ATA de Registro de Preços é de R\$ (.....).
- **5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- **6.1.** A **DETENTORA**, quando do cumprimento das Autorizações de Fornecimento, emitirá as respectivas notas fiscais/faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.
- **6.2.** Após a efetiva entrega e conferência dos itens, o (s) profissional (is) responsável (is) promoverá (ão) o ateste na (s) nota (s) fiscal (is), encaminhando-as para pagamento.
- **6.3.** Os pagamentos deverão ser efetuados em 10 (dez) dias, fora a dezena, da data do ateste das notas fiscais/faturas.
- 6.4. As notas fiscais/fatura deverão ser emitidas para o MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, sob o número de CNPJ 67.995.027/0001-32.
- **6.5.** Por força da <u>Instrução Normativa RFB nº 2043/2021</u>, para fins Tributários, os valores para recolhimento previdenciário (INSS) devem estar discriminados na Nota Fiscal;
- 6.6. Considerando decisão proferida pelo STF RE 1.293.453 em 11/10/2021 e por força do <u>Decreto Municipal 4.947/2021</u> que trata das regras de retenção de tributos no pagamento a fornecedores por Órgãos e Entidades do Poder Executivo, dispostas na <u>Instrução Normativa RFB nº 1234/2012</u>, ao efetuar os pagamentos a **CONTRATANTE** procederá à retenção do imposto de renda (IR).
- 6.6.1. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação de serviços contratados ou fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do art. 158 da Constituição Federal de 1988;
- 6.6.2. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os



pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou prestação de serviços, para entrega futura;

- **6.6.3.** Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou serviços e mercadorias elencados no <u>art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234,</u> de 11 de janeiro de 2012.
- 6.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a DETENTORA não tenha concorrido de alguma forma, deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido
 I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados na hipótese de ocorrência do <u>artigo 84 da Lei 14.133/2021</u>.



- **7.2.** O reajuste se dará após negociação entre as partes, observando-se como limite máximo a variação do índice IPCA/IBGE.
- **7.3.** O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pela **DETENTORA**.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- **7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- **7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- **7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- **7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- **8.1.** Sem prejuízo das obrigações descritas no Termo de referências, são obrigações da **CONTRATANTE**:
- **8.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **DETENTORA**, de acordo com a ATA de Registro de Preços e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- **8.4.** Notificar a **DETENTORA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- **8.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução da ATA de Registro de Preços e o cumprimento



das obrigações pela **DETENTORA**;

- **8.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- **8.7.** Efetuar o pagamento a **DETENTORA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ATA de Registro de Preços;
- **8.8.** Aplicar a **DETENTORA** as sanções previstas na lei e nesta ATA de Registro de Preços;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Hortolândia para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela DETENTORA;
- **8.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente ATA de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- **8.10.1.** A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - **8.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela **DETENTORA** no prazo máximo de 01 (um) mês.
 - **8.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
 - 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela DETENTORA com terceiros, ainda que vinculados à execução da ATA de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da DETENTORA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- **9.1.** Sem prejuízo das obrigações descritas no Termo de referências, são obrigações da **DETENTORA**:
- 9.2. A DETENTORA deve cumprir todas as obrigações constantes desta ATA de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- **9.3.** Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **9.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ATA de Registro de Preços ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- **9.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ATA de Registro de Preços, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução da ATA de Registro de Preços pela DETENTORA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- **9.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto da ATA de Registro de Preços;
- **9.8.** Comunicar ao Fiscal da ATA de Registro de Preços, no prazo de 24 (vinte e quatro)



- horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.
- **9.9.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- **9.10.** Manter durante toda a vigência da ATA de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- **9.11.** Cumprir, durante todo o período de execução da ATA de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da ATA de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **9.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ATA de Registro de Preços;
- **9.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no <u>art. 124, II, d, da Lei nº</u> 14.133, de 2021.
- **9.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;
- **9.16.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas desta ATA de Registro de Preços, fornecendo



os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

- **9.17.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- **9.18.** Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- **9.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

- 10.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);
- 10.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
 - 10.2. A DETENTORA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual;
- **10.2.1.** A **DETENTORA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços



especificados no instrumento contratual;

- 10.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do município de Hortolândia, responsabilizando- se a DETENTORA pela obtenção e gestão.
 - 10.3. A DETENTORA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto da ATA de Registro de Preços ou o município de Hortolândia está exposto;
 - 10.4. A DETENTORA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
- 10.4.1. A DETENTORA deverá permitir a realização de auditorias do município de Hortolândia e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;
- 10.4.2. A DETENTORA deverá apresentar ao município de Hortolândia, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.
 - 10.5. A DETENTORA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais



- dados, documento que deverá estar disponível em caráter permanente para exibição ao município de Hortolândia, mediante solicitação;
- 10.5.1. A DETENTORA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do município de Hortolândia, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução da presente ATA de Registro de Preços.
 - **10.6.** A **DETENTORA** não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual;
- **10.6.1.** Caso autorizada transmissão de dados pela **DETENTORA** a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.
 - 10.7. A DETENTORA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades desta ATA de Registro de Preços s, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;
 - 10.8. A DETENTORA deverá comunicar formalmente e de imediato ao município de Hortolândia, por meio do Gestor da ATA de Registro de Preços, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;
- 10.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a DETENTORA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
 - 10.9. Encerrada a vigência da ATA de Registro de Preços ou após a satisfação da finalidade pretendida, a DETENTORA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo município de Hortolândia e, em no máximo trinta dias,



sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias por ventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a **DETENTORA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal;

- 10.10. A DETENTORA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo município de Hortolândia para as finalidades pretendidas nesta ATA de Registro de Preços;
- 10.11. A DETENTORA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo município de Hortolândia.
- **10.11.1.** Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe o <u>Capítulo VI, Seção III, da LGPD</u>.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **12.1.** As infrações e sanções administrativas serão consideradas e aplicadas nos termos do <u>Decreto Municipal 5.181 de 24 de janeiro de 2023</u>.
- **12.2.** A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A ATA de Registro de Preços se extingue quando vencido o prazo nela estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as



partes contraentes.

- **13.2.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- **13.3.** A ATA de Registro de Preços pode ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- **13.3.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos <u>138</u> e <u>139</u> da mesma Lei.
 - **13.4.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir a ATA de Registro de Preços.
- **13.4.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **DETENTORA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
 - **13.5.** A extinção da ATA de Registro de Preços não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Programa deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- **a.** Dotação: 02.13.02.12.365.0210.2086.3.3.90.30.00 01.212.0000;
- **b.** Dotação: 02.13.02.12.365.0210.2087.3.3.90.30 01.213.0000;
- **c.** Dotação: 02.13.03.12.361.0211.2091.3.3.90.30 01.220.0000.
- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após



aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- **16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos <u>arts. 124 e</u> <u>seguintes da Lei nº 14.133, de 2021</u>.
- **16.2.** A **DETENTORA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do <u>art. 125 da</u> <u>Lei Federal 14133/2021</u>.
- **16.3.** Registros que não caracterizam alteração da ATA de Registro de Preços podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do <u>art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021</u>.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO TERMO CONTRATUAL

- **17.1.** As obrigações decorrentes desta ATA de Registro de Preços poderão ser formalizadas através de termo contratual, podendo ainda consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.
- **17.2.** A recusa da **DETENTORA** em retirar a nota de empenho ou assinar a ATA de Registro de Preços caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.
- **17.3.** No caso previsto no subitem anterior, a critério da Administração, poderá ser celebrada a ATA de Registro de Preços com as remanescentes, obedecida à ordem



classificatória e as mesmas condições oferecidas pela **DETENTORA**, inclusive quanto ao preço.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8°, §2°, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7°, §3°, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o Juízo da Comarca de Hortolândia – Estado de São Paulo, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante desta ATA de Registro de Preços, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente, por si e seus sucessores, para todos os fins de direito.

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA «SEC_REQUISITANTE»

«Nome_Secretárioa»

«DETENTORA»
«NOME_RESP_LEGAL»



ANEXO V

Minuta de Termo de Contrato

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90776/2025

CONTRATO «CRT», RESULTANTE Ν° DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2025. QUE FAZEM **ENTRE** SI 0 MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, POR INTERMÉDIO DO (A) «SEC REQUISITANTE», E «CONTRATADA».

O MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua Projetada 12, nº 100, Bairro Jardim Metropolitan, no Município de Hortolândia – SP, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 67.995.027/0001-32, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal, Sr.(a) «Nome Secretárioa», «Dados Secretário», doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **«CONTRATADA»**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na «END LOGRADOURO», «N COMPL», Bairro «BAIRRO», CEP: «CEP», no Município de «CIDADE», Estado de «ESTADO», cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – (CNPJ/MF) sob o nº «CNPJ», com Inscrição Estadual registrada sob nº «IE», neste ato representado por seu «CARGO RESP LEGAL» Sr. «NOME RESP LEGAL», «NACIONALIDADE», «ESTADO CIVIL», «QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL», portador da Cédula de Identidade (R.G.) nº «RG C UF EMISSOR», devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - (CPF/MF) sob nº «CPF», doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para fornecimento de material didático complementar ao currículo local, para aprendizagem de conteúdos matemáticos, destinados aos alunos e professores da Educação Infantil "Jardim I e Jardim II" e Ensino Fundamental I 1º e 2ºano, da rede municipal de ensino do Município de Hortolândia, de acordo com as especificações contidas no Termo de referência, e nas demais condições aqui estipuladas.
- **1.2.** Objeto da contratação:

1.3.5.

ITEM	DESCRIÇÃO	COD	UND	MARCA	QTD	V.UNITÁRIO	V.TOTAL

1.3.	Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1.	O Termo de Referência;
1.3.2.	O Edital da Licitação;
1.3.3.	A Ata de Registro de Preços n°;
1.3.4.	A Proposta da CONTRATADA ;

CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

- 2.1. O prazo de vigência deste contrato será de __ (____) ____, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.
- 2.2. Não serão considerados como inadimplemento contratual os atrasos provocados por motivos de comprovada força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o evento e aceitos pelo **CONTRATANTE**.



CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- **5.1.** O valor total do presente contrato é de R\$ (.....).
- **5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

- **6.1.** A **CONTRATADA**, quando do cumprimento das Autorizações de Fornecimento, emitirá as respectivas notas fiscais/faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.
- **6.2.** Após a efetiva entrega e conferência dos itens, o (s) profissional (is) responsável (is) promoverá (ão) o ateste na (s) nota (s) fiscal (is), encaminhando-as para pagamento.
- **6.3.** Os pagamentos deverão ser efetuados em 10 (dez) dias, fora a dezena, da data do ateste das notas fiscais/faturas.
- 6.4. As notas fiscais/fatura deverão ser emitidas para o MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, sob o número de CNPJ 67.995.027/0001-32.
- **6.5.** Por força da <u>Instrução Normativa RFB nº 2043/2021</u>, para fins Tributários, os valores para recolhimento previdenciário (INSS) devem estar discriminados na Nota Fiscal;
- **6.6.** Considerando decisão proferida pelo STF RE 1.293.453 em 11/10/2021 e por força



do <u>Decreto Municipal 4.947/2021</u> que trata das regras de retenção de tributos no pagamento a fornecedores por Órgãos e Entidades do Poder Executivo, dispostas na <u>Instrução Normativa RFB nº 1234/2012</u>, ao efetuar os pagamentos a **CONTRATANTE** procederá à retenção do imposto de renda (IR).

- 6.6.1. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação de serviços contratados ou fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do art. 158 da Constituição Federal de 1988;
- **6.6.2.** As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou prestação de serviços, para entrega futura;
- **6.6.3.** Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou serviços e mercadorias elencados no <u>art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012</u>.
- 6.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma, deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento



VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- **7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- **7.2.** Após o intervalo de um ano, os preços poderão ser reajustados após negociação entre as partes, observando-se como limite máximo a variação do índice IPCA/IBGE.
- **7.3.** O reajuste de preços deverá ser solicitado formalmente pela **CONTRATADA**.
- **7.4.** Para a concessão do reajuste deverá ser comprovado que a **CONTRATADA** não concorreu para que o prazo inicialmente pactuado não tenha sido cumprido.
- **7.5.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- **7.7.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- **7.8.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- **7.9.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- **7.10.** O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



- **8.1.** Sem prejuízo das obrigações descritas no Termo de referências, são obrigações da **CONTRATANTE**:
- **8.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos:
- **8.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- **8.4.** Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- **8.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;
- **8.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- **8.7.** Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;
- **8.8.** Aplicar a **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Hortolândia para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- **8.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- **8.10.1.** A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-



- financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 01 (um) mês.
- **8.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **9.1.** Sem prejuízo das obrigações descritas no Termo de referências, são obrigações da **CONTRATADA**:
- 9.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- **9.3.** Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **9.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- **9.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- **9.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do



- contrato pela **CONTRATADA**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- **9.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.
- **9.9.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- **9.10.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- **9.11.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **9.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **9.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- **9.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no <u>art. 124, II, d, da Lei nº</u> 14.133, de 2021.



- **9.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;
- 9.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- **9.18.** Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- **9.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

- 10.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018);
- 10.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
 - **10.2.** A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da



- LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual;
- 10.2.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual;
- 10.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do município de Hortolândia, responsabilizando- se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.
 - 10.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o município de Hortolândia está exposto;
 - 10.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
- 10.4.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do município de Hortolândia e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;
- 10.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao município de Hortolândia, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.
 - 10.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus



colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que deverá estar disponível em caráter permanente para exibição ao município de Hortolândia, mediante solicitação;

- 10.5.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do município de Hortolândia, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente contrato.
 - **10.6.** A **CONTRATADA** não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual;
- **10.6.1.** Caso autorizada transmissão de dados pela **CONTRATADA** a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.
 - 10.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados:
 - 10.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao município de Hortolândia, por meio do Gestor do contrato, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;
- **10.8.1.** A comunicação acima mencionada não eximirá a **CONTRATADA** das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais



e/ou base de dados.

- 10.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo município de Hortolândia e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias por ventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal;
- 10.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo município de Hortolândia para as finalidades pretendidas neste contrato:
- 10.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo município de Hortolândia.
- **10.11.1.** Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe o <u>Capítulo VI, Seção III, da LGPD</u>.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **12.1.** As infrações e sanções administrativas serão consideradas e aplicadas nos termos do <u>Decreto Municipal 5.181 de 24 de janeiro de 2023</u>.
- **12.2.** A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO



- **13.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.
- **13.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no <u>artigo 137 da Lei nº 14.133/21</u>, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- **13.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos <u>138</u> e <u>139</u> da mesma Lei.
 - **13.3.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- **13.3.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
 - **13.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- **13.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- **13.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- **13.4.3.** Indenizações e multas.
 - **13.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Programa deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- a. Dotação:02.13.02.12.365.0210.2086.3.3.90.30.00 01.212.0000;
- **b.** Dotação: 02.13.02.12.365.0210.2087.3.3.90.30 01.213.0000;
- **c.** Dotação: 02.13.03.12.361.0211.2091.3.3.90.30 01.220.0000.
- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após



aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- **16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos <u>arts. 124 e</u> <u>seguintes da Lei nº 14.133, de 2021</u>.
- **16.2.** A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do <u>art. 125 da</u> <u>Lei Federal 14133/2021</u>.
- **16.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do <u>art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021</u>.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AMPARO LEGAL

18.1. O presente Contrato Administrativo é regido pelas disposições contidas na <u>Lei</u>

<u>Federal nº 14.133/2.021</u>, suas alterações e demais normas complementares de direito privado e disposições deste instrumento, bem como as disposições contidas



no Processo Administrativo protocolado sob n° 90776/2025, originário do Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de Pregão Eletrônico n° 46/2025, seus Anexos, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

CÁUSULA DECIMA NONA - FORO

19.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o Juízo da Comarca de Hortolândia – Estado de São Paulo, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente, por si e seus sucessores, para todos os fins de direito.

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

«Nome_Secretárioa»

«CONTRATADA»
«NOME_RESP_LEGAL»



ANEXO VI TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA
CONTRATADO: «CONTRATADA»
CONTRATO N° (DE ORIGEM): «CRT»
OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- **a)** O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo tribunal de contas do estado de são paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- **b)** Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, despachos e decisões, mediante regular cadastramento no sistema de processo eletrônico, em consonância com o estabelecido na resolução nº 01/2011 do tcesp;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no diário oficial do estado, caderno do poder legislativo, parte do tribunal de contas do estado de são paulo, em conformidade com o artigo 90 da lei complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do código de processo civil;
- **d)** As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "cadastro corporativo tcesp cadtcesp", nos termos previstos no artigo 2º das instruções nº01/2020, conforme "declaração(ões) de atualização cadastral" anexa (s);
- **e)** É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
- 2. Damo-nos por notificados para:



a)	O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente
public	cação;
b)	Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais,
exerc	er o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.
LOCA	AL e DATA:
AUTO	DRIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
	D:
	D:
RESF	PONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISP	ENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome	e: «Nome_Secretárioa»
Cargo	D:
CPF:	
	atura:
RESF	PONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
	contratante:
Nome	e: «Nome_Secretárioa»
	D:
	atura:
	contratada:
Nome	e: «NOME_RESP_LEGAL»
Cargo	o: «CARGO_RESP_LEGAL»



CPF: «CPF»
Assinatura:
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: «Nome_Secretárioa»
Cargo:
CPF:
Assinatura:
GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).